

SESSÕES DO PLENÁRIO

65ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 8 de agosto de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 62ª e 63ª, realizadas, respectivamente, em 1º e 2 de agosto de 2023; e do Termo de Abertura do dia 3 de agosto de 2023.

Em discussão as atas e o Termo de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Ludmila Fiscina comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 01 e 02/08/2023.

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 05/06/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Raimundinho, futuro prefeito de Dias d'Ávila.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Olha que a palavra tem poder, viu? Boa tarde, Sr. Presidente, todos os deputados desta Casa.

Venho aqui, nesta tribuna, falar da minha alegria, porque eu estive ao lado de Eduardo, naquela querida cidade abençoada, Bom Jesus da Lapa, ao lado do nosso grande líder daquela região: Eures, esse deputado atuante, que foi prefeito daquela cidade na qual ele fez uma transformação, Sr. Presidente.

O que eu quero falar aqui é da satisfação e de como a gente foi tratado naquela cidade. Tivemos o prazer de estarmos juntos com ele, inaugurando um aeroporto que vai trazer muitas riquezas e muito turismo religioso para Bom Jesus da Lapa. Fiquei muito satisfeito ao lado do meu amigo Eduardo e muito feliz ao lado também do governador. Fizemos entregas de viaturas e tratamos da segurança, que também é um assunto de muita importância, Sr. Presidente.

Então, nós tivemos um final de semana abençoado naquela cidade. Eu quero aqui parabenizar esse nobre colega, deputado Eures, que nos deu uma recepção calorosa. Fica aqui, portanto, Eures, o meu agradecimento pelo carinho com que fomos recebidos em Bom Jesus da Lapa, cidade que frequento há muitos anos.

Fiquei muito feliz em poder ver, depois de alguns anos de pandemia, já que ficou tudo parado, a praça dos leões, feita por Eures, que ficou na história de Bom Jesus da Lapa. Então, mais uma vez, Eures, eu quero parabenizar você e a toda a sua equipe pelo belíssimo trabalho que fizeram na cidade de Bom Jesus da Lapa.

Agora, Sr. Presidente, eu quero aqui chamar a atenção desta Casa, pois tivemos na *TV Record*, um jornalismo pelo qual temos todo o respeito e carinho, mas ontem fizeram uma manifestação que foi a respeito do som de paredão. Quero dizer que, desde o dia 10 de abril, eu dei entrada, nesta Casa, no projeto de lei para que possamos regularizar os paredões.

Eu sou contra o vandalismo, mas a gente sabe que no interior as pessoas não têm nenhuma alegria no final de semana. Então, em vez de deixar os paredões da vida, que são feitos sem regulamentação, sem ter nenhum critério de lei... Eu gostaria que esta Casa analisasse, com carinho, o projeto que eu dei entrada no dia 10 de abril, a fim de oficializar todos os paredões. É necessário que se tenha mais respeito aos municípios que não têm nenhuma distração nos seus finais de semana.

Nós temos isso aqui no Carnaval, e é oficializado com muito respeito! Sabemos que os paredões também trazem muita violência, porque não foram oficializados. Entretanto, se trouxermos um projeto de lei, como o que eu dei entrada nesta Casa, para

que a gente possa olhar com carinho, a gente vai oficializar, respeitando o direito de todos. Essa a minha fala de hoje é só luta.

Na *Record*, apareceu uma pessoa falando que o deputado fez o projeto de lei, mas não foi adiante. Então, eu gostaria de que o jornalismo, com todo respeito e carinho muito grande que sentimos, mostre para eles que eu fiz minha parte. Eu dei entrada aqui, mas existem as comissões, os trâmites, tudo tem que ser realizado passo a passo. Então, eu apoio, sim, a regularização dos paredões, para que a gente possa ter a nossa brincadeira, nossas festas, com muita tranquilidade e muito respeito a todos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Isso, sim, é a democracia! E esta Casa, tenho certeza, vai olhar com muito carinho.

Meu muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Pablo. (Silêncio) Deputado Manuel. (Silêncio) Penalva. (Silêncio) Todo mundo. (Silêncio) Júnior. (Silêncio) Luciano. (Silêncio)

Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

Bom que, daqui a pouco, vamos para a votação do TJ e do Ministério Público.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, deputadas, os que estão presentes nas Galerias Paulo Jackson, os que nos assistem pelas redes sociais, pela *TV ALBA*.

Sr. Presidente, estivemos, ontem, na cidade de Barra do Choça com a presença do nosso ministro Rui Costa, do nosso governador Jerônimo Rodrigues e de uma comitiva de colegas deputados: eu; o deputado estadual Jean Fabrício; o nosso Eduardo Salles, que é o deputado mais votado naquela cidade; Waldenor Pereira, meu amigo-irmão; e Paulo Magalhães. Acompanhamos a comitiva do nosso governador.

Quero parabenizar o nosso ministro Rui Costa pela homenagem que sua mãe, Maria Luzia Costa, recebeu com a denominação de uma creche, em função da grande obra que, enquanto cidadã, mulher e mãe, ela realizou e que está na memória do nosso ex-governador Rui Costa.

Ao lado dessa obra, que é uma obra municipal, Sr. Presidente, nós tivemos a inauguração do colégio estadual. Um colégio que está sendo um modelo, uma estrutura de ensino médio que está sendo implantada em toda a Bahia, e, sem dúvida, vai ser uma ferramenta que vai operar uma verdadeira revolução na Bahia dadas a estrutura física e a pedagógica. Uma escola, um colégio em tempo integral que vai ajudar a Barra do Choça, assim como a centenas e centenas de municípios na Bahia.

Ao lado dessas obras, o governador também anunciou, Sr. Presidente, a licitação... a relicitação da modernização, da recuperação da BA que liga Vitória da Conquista a Barra do Choça.

E, naturalmente, além da recuperação daquela via, por solicitação de várias lideranças, nós solicitamos também ao nosso governador Jerônimo Rodrigues que entre

o anel viário de Vitória da Conquista até o povoado de Estiva, em torno de 4,5 quilômetros, 5 quilômetros, talvez 6 quilômetros, nesse trajeto seja implantada uma estrutura de ciclovias, com passeios, para que todo o entorno dessa rodovia possa receber também os benefícios. São vários conjuntos, são vários condomínios que estão sendo implantados, inclusive na saída do clube da AABB, que agora funciona ali, clube do qual sou sócio e onde joguei bola durante muitos anos quando era na sede do município. Agora, está no antigo Country Clube, e eu, como bom "babeiro", gosto de estar presente ali todo final de semana.

Por isso, eu quero parabenizar e solicitar às nossas autoridades, sobretudo aos secretários que cuidam dessa questão da infraestrutura, a Seinfra, e também da parte do urbanismo, que possam ajudar nessa obra.

E, finalmente, Sr. Presidente, eu queria também ressaltar que, ao lado dessa reivindicação, apresentamos ao nosso governador uma série de demandas para fortalecer a saúde em Vitória da Conquista. Estamos solicitando ao nosso governador feiras de saúde; estamos solicitando ao nosso governador a definição, eu diria, de um programa de cirurgias eletivas para que a gente possa atender à população, porque, infelizmente, dada a quantidade de solicitações, às vezes às filas das eletivas demoram muito.

Então, nós estamos solicitando ao nosso governador, à Dr.^a Roberta, secretária da Saúde, que programem urgentemente para Vitória da Conquista uma intensificação... Já há, na verdade, uma disposição. Alguns hospitais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) já realizam eletivas. Mas o que nós queremos é um programa especial que intensifique algumas outras cirurgias, ao lado, também, de duas feiras de saúde que nós estamos solicitando: uma para este segundo semestre e uma para meados do próximo semestre, para também a gente criar ali um clima de apoio à saúde pública, já que, infelizmente, a prefeitura está completamente acéfala, sem uma direção, sem um programa, e a sociedade de Conquista não pode ficar à deriva, Sr. Presidente. É o Estado quem tem cuidado, na verdade, da saúde pública daquela cidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por isso, eu e o deputado Waldenor Pereira já estivemos com a nossa secretária, Dr.^a Roberta, e estaremos brevemente com o nosso governador para reforçar esses pleitos em prol de Vitória da Conquista.

É a nossa fala de hoje, Sr. Presidente, e bom retorno à direção desta Casa. Eu sei que V. Ex.^a deu uma descansada e chegou com muita energia para a gente votar muitos projetos em favor da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Meu caro, Zé Raimundo, eu cheguei com as baterias recarregadas, mas ontem já acabou a carga de novo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Eures Ribeiro, se o deputado Rosemberg deixar.

O Sr. EURES RIBEIRO: “A Igreja da Lapa foi/ Feita de pedra e luz/ Vamos todos visitar/ Meu Senhor Bom Jesus.”

Essa é uma estrofe, Sr. Presidente, da música mais cantada pelos peregrinos e peregrinas, chamados carinhosamente de romeiros, do Bom Jesus da Lapa. A semana passada foi a data magna da festa do Senhor Bom Jesus, da romaria de Bom Jesus da Lapa, que reúne anualmente mais de 1,5 milhão de turistas e é a terceira maior romaria do Brasil, ficando apenas atrás das romarias de Aparecida e de Padre Cícero, uma grande manifestação da fé católica e que é uma das maiores e a mais antiga das romarias do Brasil. A romaria de Bom Jesus da Lapa tem mais de 300 anos, mais de 3 séculos de fé e tradição em pleno sertão da Bahia.

Eu fico orgulhoso por ter sido prefeito de Bom Jesus da Lapa e, como prefeito, ter feito várias obras que melhoraram a condição do turismo religioso em Bom Jesus da Lapa. E fico feliz também porque, além das ações que fiz como prefeito, o atual prefeito, Fábio Nunes, vem dando continuidade, melhorando cada vez mais essa romaria, que, repito, é a terceira maior romaria do Brasil.

Quero, aqui, parabenizar a comunidade redentorista através do padre Roque, reitor do santuário, através do bispo nomeado, padre João, e através do nosso bispo diocesano, Dom João, que são os organizadores desse festejo religioso que na semana passada levou milhares de pessoas de todos os rincões da Bahia e do Brasil a visitarem Bom Jesus da Lapa.

Agradecer também ao governador, Sr. Presidente, por ir a Bom Jesus da Lapa e inaugurar o moderno aeroporto regional, que vai permitir, a partir de setembro, voos para Bom Jesus da Lapa e para a capital, Salvador, melhorando ainda mais ainda a infraestrutura turística do município de Bom Jesus da Lapa. Um aeroporto cuja obra foi orçada em mais de 70 milhões, iniciada pelo ex-governador Rui Costa e foi concluída no governo do atual governador, Jerônimo, a quem eu quero, aqui, de pronto, agradecer não só pela inauguração do aeroporto, mas pela atenção que o governo dispensou à romaria, estando presente o próprio governador à missa no Bom Jesus da Lapa. Bem como agradecer ao secretário do Turismo, ao secretário Sérgio Brito, de Infraestrutura, e a toda a estrutura do governo. É um reconhecimento do governo, do governador Jerônimo para com o terceiro maior destino turístico religioso do Brasil, que fica na Bahia, na minha terra querida, Bom Jesus da Lapa.

Parabenizar também pela implantação do complexo regional de Polícia Militar, o que vai fortalecer mais ainda, Sr. Presidente, a segurança naquela região e a segurança, também, dos turistas que visitam o município de Bom Jesus da Lapa.

Por fim, parabenizar V. Ex.^a que retorna aos trabalhos desta Casa e, ao meu ver, parece que volta animado. Aí, dá-nos uma esperança grande de conseguirmos o que não conseguimos ao final do primeiro semestre, antes do recesso, a importância de votar.

Sr. Presidente, sei que não depende só de V. Ex.^a, que depende também dos líderes se votar os projetos de interesse dos deputados e das deputadas. Esta Casa não pode só votar matéria do Executivo, tem que votar também projetos de elaboração dos deputados e das deputadas. Creio que na condução de V. Ex.^a, que voltou mais

animado, esses projetos vão ser todos votados. Parabéns, que V. Ex.^a continue conduzindo esta Casa com a mesma maestria com que sempre conduziu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado Eures.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhores e senhoras, cumprimento a todos neste presente dia, aos que estão nos acompanhando pela *TV ALBA*, a todos funcionários desta Casa.

Presidente, hoje vir destacar aqui uma questão que deveria ser uma das prioridades, pela lógica, não só para esta Casa, mas para o atual governo, que deveria ser o primeiro a dar o exemplo. No dia de hoje, os professores fizeram uma manifestação para exigir um direito líquido e certo, que é o pagamento dos precatórios. Em 2022, o Supremo Tribunal Federal, com aquela pressão toda, decidiu a questão. O governo Bolsonaro, que foi tão pressionado a tomar, em caráter imediato, uma atitude, fez o repasse para os estados. Em 2022, o governo da Bahia pagou a parcela de forma deficitária, sem a devida correção, o valor real e os juros moratórios.

Reforçamos, aqui, o caráter de urgência para que o governo mande essa matéria para esta Casa com o devido valor real, com a correção e os juros moratórios. Porque é uma linha que fala tanto em defesa do funcionalismo, em defesa do servidor, em defesa da educação, que criticou tanto o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, que deu o maior aumento da história, quase 34 %, aos professores, mas, na prática, este governo, como sempre faz com todo o funcionalismo, somente faz pisar, principalmente nesses que compõem uma das classes mais importantes para a sociedade, que tem o trabalho, a tarefa de ensinar. Então, fica, aqui, o pedido ao governo do PT: que tenha ao menos o bom senso e reponha o calote que vocês deram aos professores em 2022. Essa é a esquerda acostumada a dar calotes e calotes. Não permitam isso!

E, mais uma vez, reforço o que digo sempre aqui a professores e a todo o funcionalismo: não votem mais no PT! É assim que eles tratam vocês! São bons em discursos, bons de convencimento, mas de cumprimento, é zero! Faz você de trouxa!

E tem mais outra questão que destaco aqui, mas no momento oportuno eu vou fazer.

Como é que vamos melhorar a situação da educação da Bahia com esse tipo de olhar dentro da administração pública para com os principais agentes que a compõem: os professores? Isso se reflete nos números em que o PT deixou a Bahia, o estado com o maior índice de analfabetismo, com o maior índice de evasão escolar, com as piores estruturas de escolas públicas do Brasil, os piores salários de profissionais da educação no país, a educação a distância: nota zero. Porque, na cabeça do governador, comprar equipamento e botar dentro de uma sala de aula, de uma dependência escolar, é promover educação a distância. Da mesma linha que prometeu picanha e veio abóbora.

Acha que fazer uma coisa é concretizá-la, que simplesmente disponibilizar é a realização.

Eu convoco, principalmente, aqueles da bancada da esquerda, que dizem defender a educação: vamos pressionar.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Vocês têm um diálogo melhor com o governo. E vamos dar as mãos a estes, os professores, que são responsáveis pela área mais importante do tripé das políticas públicas: a educação.

Para concluir, presidente. PT de Lula, Wagner e Jerônimo pare de dar calote nos professores e pague os precatórios com a correção monetária e os juros moratórios.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, amigos da imprensa, pessoas que nos acompanham nesta sessão desta tarde, nessas galerias, servidores desta Casa.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna, mais uma vez, é um assunto que talvez seja do interesse de todos os parlamentares, que é a oferta de voos de Salvador, capital do nosso estado, para a cidade de Vitória da Conquista, que está seriamente prejudicada. Duas companhias que realizam, que oferecem viagens para Vitória da Conquista já o fazem com escalas no estado de São Paulo. Imagine sair de Salvador, ir até São Paulo, ao aeroporto de Guarulhos, e retornar para Vitória da Conquista! Uma viagem que vai demorar, no mínimo, 5 horas, sem contar o tempo que se gasta para chegar ao aeroporto e mais o tempo que tem que ficar no aeroporto, esperando o embarque. É quase o tempo que se gasta para vir de Conquista para Salvador de ônibus.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado!

O Sr. TIAGO CORREIA: Pois não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por favor, não entendi. Estão tirando os voos para Vitória da Conquista?

O Sr. TIAGO CORREIA: Os voos diretos que serviam aos passageiros que saíam de Salvador para Vitória da Conquista agora estão fazendo escala em Guarulhos, fazendo com que os passageiros tenham de sair do estado da Bahia, ir até São Paulo e retornar. Para completar um voo que seria de 50 minutos se gasta mais de 5 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso deve ser *fake news*! Não é, não, deputado?

O Sr. TIAGO CORREIA: Oi?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não pode ser verdade.

O Sr. TIAGO CORREIA: Isso é verdade. A Gol e a Latam já estão operando dessa maneira. E a Azul, que é a única que está operando direto num voo que sai daqui

às 17h15min, também já anunciou que logo, em breve, fará uma escala em Confins, deixando Conquista desassistida de voos diretos.

Lembrando que o aeroporto de Vitória da Conquista não serve só aos moradores da cidade de Vitória da Conquista, mas é o aeroporto que é a entrada da Chapada Diamantina, que serve a todo o Sudoeste do nosso estado, cidades importantes como Jequié, Itapetinga, Barra do Choça, Itambé, Brumado. Além de servir a diversos municípios do Norte do estado de Minas Gerais, que têm no aeroporto de Conquista um equipamento que se presta a poder sair daquela região utilizando as aeronaves.

Eu peço que esta Casa... E encaminharei um ofício ao secretário de Infraestrutura para tentar fazer com que a Voepass, a antiga Passaredo, volte a operar o voo direto Salvador/Vitória da Conquista.

E também que sejam convocadas as companhias aéreas, que recebem incentivos fiscais do nosso estado justamente para atenderem às demandas regionais, para se entender por que esse voo tão importante para milhares de baianos agora está sendo remanejado, com escala em São Paulo ou em Belo Horizonte, fazendo com que as pessoas tenham que demorar mais de 5 horas, enquanto um voo direto dura, em média, 50 minutos.

É isso que eu trago, Sr. Presidente. Peço a ajuda dos pares desta casa, não só dos deputados que têm voto na região de Vitória da Conquista, mas de toda a Casa, porque é um assunto que interfere na economia, no turismo de toda uma região pulsante, que precisa desses voos diretos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago, V. Ex.^a está completamente certo. Isso parece uma piada! Como V. Ex.^a disse, não se trata apenas da cidade de Vitória da Conquista, uma cidade regional que deve abranger mais de 800 mil pessoas, 1 milhão de pessoas. É uma coisa inacreditável.

Então, vamos ver como é que esta Casa pode convocar essas empresas, que, hoje, só olham o lucro. É uma coisa inominável, deputado Eures! É uma piada num voo para uma região – não é só Vitória, é uma região com 800 mil, 1 milhão de pessoas – você suspender o voo direto e mandar para São Paulo. É inominável!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Eduardo Salles.

O Sr. EDUARDO SALLES: Prezados colegas deputados, presidente Adolfo, primeiramente, eu queria, aqui, reafirmar as palavras dos colegas ao deputado Eures Ribeiro, que nos recepcionou como sempre. Não diria que foi uma coisa excepcional porque o governador estava presente, não.

Em todos os momentos o deputado Eures Ribeiro sempre recebe as pessoas da melhor forma possível. Em Bom Jesus da Lapa, sem dúvida, é um momento emocionante, um momento diferenciado na vida de quem participa. Então, digo aos colegas que no ano que vem não percam essa oportunidade de estar lá, prestigiando

Bom Jesus da Lapa, mas estar junto com o deputado Eures Ribeiro, que tanto fez, tanto faz por Bom Jesus da Lapa e toda a região.

Segundo ponto, dizer que tivemos, o deputado Zé Raimundo bem falou, um momento também importante ontem em Barra do Choça, com a inauguração de um colégio estadual, de uma creche, a pavimentação de diversas ruas, sistemas de abastecimento de água e a autorização da nova licitação para a estrada que vai de Vitória da Conquista a Barra do Choça, que tem trechos de duplicação, ciclovias. Enfim, uma obra que, sem dúvida, vai melhorar a qualidade de vida de toda a população de Vitória da Conquista e de Barra do Choça.

Por último, queria dizer a V. Ex.^{as}, aqui, que tivemos hoje na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, a qual presido, um momento de muita satisfação. Aliás, temos tido. A Comissão de Infraestrutura, ao longo deste ano, tem sido uma das comissões com, praticamente, a presença unânime dos deputados em todas as sessões. E a gente vê também a presença de deputados de outras comissões, participando ativamente, solicitando audiências públicas, e cada um dando a importância devida aos temas que são relevantes para o seu mandato, para a região a qual representam.

E hoje tivemos a presença, a convite, do presidente da Bahia Norte, uma concessionária responsável por diversas estradas, diversos trechos de estradas aqui, na nossa Bahia. Foi uma solicitação do deputado Raimundinho da JR. Sem dúvida, houve momentos tensos, momentos difíceis, mas acho que todos compreenderam que os deputados ali presentes estavam defendendo a população baiana. E é esse o objetivo, presidente Adolfo, que V. Ex.^a tem colocado aqui, nesta Casa. Esta é a Casa da democracia, esta é a Casa do Povo e têm que ser pautados os assuntos que afetam diretamente ao povo.

Então, hoje, tivemos uma sessão democrática. O presidente da Bahia Norte, da concessionária Bahia Norte, com toda a sua equipe, ouviu os clamores, as dificuldades da população através dos deputados, e ali se posicionou sobre diversos assuntos importantes. O deputado Raimundinho da JR solicitou, e foi acatada imediatamente, a criação de um grupo que vai se dedicar à questão da feira de Dias d'Ávila, aos colégios, à questão dos pedestres, para poder, nesse grupo, decidir qual a melhor forma, junto com a concessionária, de atuar para melhorar as condições de Dias d'Ávila para o povo de Dias d'Ávila.

E também tivemos um momento em que nós, preocupados com a logística, porque essa concessionária é responsável pelas estradas que levam ao Porto de Aratu, ao CIA, ao Polo Petroquímico, ao Polo de Camaçari, ao polo industrial de Dias d'Ávila, ao polo de Alagoinhas e também à Ceasa e ao aeroporto internacional, vias importantíssimas para a logística. A maioria do PIB da Bahia passa, sem dúvida, por essas estradas que são concessão da Bahia Norte.

E nós solicitamos também a criação de um grupo de trabalho que pudesse discutir com um representante do CIA, um representante do Polo Petroquímico, com a Fieb, que a gente possa discutir com cada um desses entes que têm o seu calo... Dizem que o calo dói em quem está com o sapato apertado. Pois bem, nós queremos chamar

a esta Casa esse segmento do setor produtivo para fazer com que tenhamos aqui, nesta Casa, um centro de discussões, para que possamos discutir, criticar, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas também melhorar, sem dúvida, as questões logísticas. Não só logísticas, presidente, mas a questão também dos milhares e milhares de funcionários que transitam diariamente nessas estradas para irem aos seus locais de trabalho, como no CIA. Nós temos mais de 17 mil trabalhadores, ali no CIA, que se deslocam todos os dias. Então precisamos, sim, cuidar da logística para termos uma maior eficiência, uma maior condição de redução de preços na logística...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da Bahia, mas também cuidar dos funcionários que ali transitam.

Audiência muito boa. Parabéns ao deputado Raimundinho da JR que a propôs e a todos os deputados que ali estiveram presentes e fizeram valer a democracia nesta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Boa tarde, senhoras e senhores, cumprimento o nosso presidente, bem-vindo de volta. Cumprimento os servidores, colegas, a imprensa presente e todos aqui que acompanham esta sessão.

Eu queria destacar aqui questões que envolvem os pedidos de CPIs que estão em trâmite nesta Casa. Mas, antes de mais nada, antes de entrar nesse aspecto específico, quero destacar uma matéria que foi veiculada no dia de hoje sobre o requerimento de CPI que visa investigar a situação do Planserv que, como se sabe, é uma reclamação generalizada. A matéria diz o seguinte: (lê) “*Novo contrato reduz em 15% custos de suporte operacional do Planserv. Redução do custo é alvo de críticas do deputado estadual Leandro de Jesus*”. Olha só! (Risos) É uma piada, é uma piada. Mas quando nós estamos lutando ao lado da verdade, quando nós estamos lutando para resolver um problema, o que vai acontecer é exatamente isto: um ataque à nossa reputação.

Na realidade, da minha parte, nunca houve qualquer tipo de crítica a possíveis reduções dos custos operacionais, nesse caso, do Planserv. Ora, reduzir custo operacional, mas entregar um bom serviço a quem paga por ele: nota 10. Mas não é o que acontece em relação ao Planserv. Como se sabe, a situação do Planserv é uma destruição que vem ocorrendo, em larga escala, em profunda escala, e isso sendo promovido pelo governo do estado da Bahia, na sua gestão contínua. E é uma reclamação de todos os servidores públicos.

Nós estamos propondo, exatamente, uma CPI para investigar por que o Planserv foi destruído pelo PT; por que é que estão acabando com a vida dos servidores públicos; por que é que estão tirando a dignidade do servidor público e de suas famílias serem

atendidas por algo que eles estão pagando. E aqui vem essa matéria tentando descredibilizar a nossa conduta, a nossa iniciativa.

Então nós precisamos, sim, de CPIs para investigar tudo que está errado na Bahia. Também vimos, pasmem os senhores, algumas matérias que criticam exatamente a iniciativa, dentro desta Casa, de requerimentos que visam instalar comissões para investigar o caos que está na Bahia. Ora, também fui o autor do requerimento para investigar a situação do VLT na Bahia. Por que não? Temos aí a situação do VLT, em que o governo do estado, em que o PT destruiu os trens do Subúrbio e não entregou absolutamente nada. Prometeu o novo modal, prometeu o VLT para as pessoas que ali necessitam desse transporte, e o que entregaram? Nada, a não ser prejuízo. Passaram-se 3, 4 anos e nada!

Aliás, a única coisa que o PT fez foi fazer sumir R\$ 57 milhões nesse projeto do VLT, sem pregar um prego, sem colocar um tijolo! Como é que isso não vai ser investigado? Por que esta Casa não vai tomar a iniciativa de investigar essa situação do VLT? E, entre outras, há a situação da Ponte Salvador-Itaparica, que já consumiu milhões e milhões e milhões de reais e nada foi entregue.

E aí, surgem as críticas a iniciativas de se instalar CPI nesta Casa? Tem que instalar! Tem que investigar! Este é o papel dessa Casa também: investigar os desmandos desse governo; investigar os indícios de corrupção, porque os maiores prejudicados são os mais pobres, os maiores prejudicados são os servidores, no caso do Planserv. No caso do VLT, é o povo do Subúrbio Ferroviário que está sendo prejudicado. “Ah, não, mas não quer que...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) investigue”.

Fica aqui a pergunta: se não é para investigar, se não é para buscar soluções, o que é que estamos fazendo aqui? Estamos aqui como decoração? Deputado de decoração? Eu não serei esse! Então, quantas vezes forem necessárias requerer investigações por meio de comissão, de CPI, nós vamos fazer! Eu vou propor, assina quem quer! Assina quem quer!

Muito obrigado. Essa é a mensagem de hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu quero me dirigir a este Plenário trazendo aqui o debate que nós tivemos hoje pela manhã, recebendo, nesta Casa, professoras e professores que estão mobilizados em torno dos precatórios.

Fizemos o debate na Comissão de Educação, trazendo a informação de que não há nenhum projeto, nenhum PL aqui na Casa ainda para ser votado, mas renovando os meus compromissos, do deputado Robinson, da deputada Fabíola, no sentido de ajudar no diálogo com o governo. Isso para que, quando o PL for encaminhado pelo

Executivo, quando vier para cá, possa já incorporar esse pleito da categoria, do pagamento dos juros de mora.

Essa é uma agenda antiga. Na verdade, em todo o ano passado houve esse debate. Estamos agora em 2023, nesse 2º semestre, e nossa Comissão de Educação fez um debate democrático sobre o assunto, hoje pela manhã, e, amanhã, conforme pedido nosso e também com a participação do líder Rosemberg, a PGE nos receberá para fazer, finalmente, essa discussão para ver quais os limites e quais as possibilidades em relação ao PL dos precatórios. Eu repito: não está aqui ainda, mas há toda uma mobilização, uma luta, que conta conosco, no sentido de que, ao ser enviado a esta Casa, o PL incorpore essa justa reivindicação das professoras e dos professores liderados pela APLB Sindicato, mas também pela Aceb, enfim, por todas as organizações representativas da categoria.

Portanto, presidente, acho que é importante fazer esse registro aqui, bem como esse debate fundamental que também foi aprovado hoje, que é a audiência pública que vai celebrar os 70 anos da Petrobras. Trabalhadoras e trabalhadores da Petrobras trouxeram essa agenda à nossa Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Aprovamos a audiência que vai fazer esse debate, bem como a audiência pública que vai debater a Bahiagás e o seu papel estratégico para o desenvolvimento do estado da Bahia. Vamos discutir o papel dessa empresa que é tão valorosa, tão importante para o povo baiano, para a política de desenvolvimento do nosso estado, levando em conta sua expertise em relação ao gás natural.

Portanto, a Bahiagás, esse patrimônio do povo baiano, também trabalhadoras e trabalhadores do Sindiquímica, todos os segmentos que se reúnem e que fazem parte da vida dessa empresa também solicitaram e a nossa Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, à qual eu aqui já me referi, também discutiu, debateu e aprovou esta importante audiência pública que vai ser marcada, agendada. E eu gostaria de contar com a participação de todos e todas as parlamentares desta Casa.

Por fim, me associo a todos os esforços que esta Casa vem fazendo em relação a fazer a Viabahia cumprir a sua função ou entregar, fazer uma nova licitação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para garantir serviços públicos de melhor qualidade, porque a Viabahia até agora só fez ganhar, sem nada ter dado em troca ao povo baiano. É uma vergonha a má qualidade do serviço realizado pela Viabahia, que tem uma concessão pública, e deveria respeitar e honrar o contrato, e honrar, sobretudo, a necessidade de tratar o nosso povo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com dignidade, entregando aquilo que reza o contrato. As vias estão extremamente precárias e nós não podemos aceitar isso. Na próxima reunião também estarei presente. Parabéns aos colegas que compuseram a audiência pública, a CPI, seja lá o que for, é preciso mudar essa relação entre a Viabahia e o estado da Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao representante do Psol para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, quero aqui registrar a presença dos trabalhadores do Judiciário baiano e do Ministério Público, ambos segmentos do serviço público que têm a expectativa de que esta Casa, de fato, aprove os projetos que garantem, minimamente, que os trabalhadores tenham alguma referência em relação ao reajuste que foi dado ao conjunto do funcionalismo público no estado da Bahia.

Nós não estamos aqui falando, Sr. Presidente, dos 54% de perdas salariais que os servidores do estado tiveram ao longo desses anos. Nós não estamos falando de um conjunto de necessidades que a categoria tem, conjunto de outras perdas que, historicamente, estão aí se acumulando. É o mínimo que esses trabalhadores estão buscando na tarde hoje, em projetos que são simples. E nos causou um espanto muito grande termos aqui a declaração do líder do Governo de que existe a possibilidade de não votarmos esses projetos.

Então eu queria aqui reforçar que nós acompanhamos essa luta há muito tempo. Infelizmente, por um...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) reajuste tão baixo, em torno de 4%, para esse segmento do serviço público. A categoria vem acompanhando aqui nas galerias da Assembleia Legislativa, já foram realizadas manifestações, os sindicatos estão aqui dialogando com os deputados e é, realmente, um périplo que parece que não vai terminar. Nós ficaríamos muito contentes se, nesta tarde, nós demonstrássemos esse respeito aos trabalhadores do Ministério Público, aos trabalhadores do Judiciário baiano...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aprovando esses projetos que – volto a dizer – não corrigem, não chegam nem perto de corrigir as perdas inflacionárias, têm apenas, a meu ver, um caráter mitigatório e uma relação tênue com o que foi aprovado para o conjunto do funcionalismo público. Vamos respeitar os trabalhadores do Ministério Público, do Judiciário, e vamos aprovar esses projetos aqui hoje, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O deputado Luciano vai falar?

O Sr. Luciano Araújo (fora do microfone): Por quanto tempo?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 9, 5 ou 3 minutos.

O Sr. Luciano Araújo (fora do microfone): Falarei por 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Com a palavra o deputado Luciano.

O Sr. LUCIANO ARAÚJO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje, na Comissão de Agricultura foi abordado um tema a respeito do cancelamento da Expofeira, em Feira de Santana. O prefeito Colbert Martins, de uma canetada só, cancelou uma exposição que está no calendário da agricultura do estado da Bahia, está no calendário das exposições nacionais. Alegando contenção de despesas e queda do FPM, cancela uma exposição, uma festa agropecuária que não é apenas uma festa, que mexe com a economia dos produtores rurais, dos produtores que passam o ano todo preparando os seus animais para participar dessa festa e o prefeito, em uma canetada só, cancela esse evento sem nem comunicar, sem nem reunir os produtores, nem os sindicatos agropecuários.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria aqui deixar o meu repúdio ao prefeito de Feira de Santana por ter cancelado a Expofeira, nos próximos meses.

Quero aqui dividir o tempo da liderança com o nobre deputado Leandro e com o deputado Raimundinho. Serão 3 minutos de cada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao deputado Leandro de Jesus, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Agradeço o tempo concedido pelo nobre deputado Luciano.

Como não tive tempo suficiente para explicar aqui algumas informações, gostaria de aproveitar o dia de hoje, porque nós vimos, na semana passada, alguns prefeitos aqui da Bahia que “fizeram o L” já amargando uma dura realidade, em que o ex-presidiário que ocupa a presidência da República já está pisando no pescoço desses prefeitos. Inclusive, um desses prefeitos que “fez o L”, lá do Sul da Bahia, agora diz que o governo Lula é o governo que mata prefeitos, é o governo “mata-prefeito”, mas falta de aviso não foi.

E aqui, para todos que estão acompanhando, eu quero saber: onde estão aqueles que costumavam se manifestar quando se referiam aos cortes? Talvez não esteja sendo

divulgado de maneira suficiente, mas o governo Lula fez diversos cortes que vem prejudicando o povo brasileiro, inclusive, em áreas essenciais, senhoras e senhores. Tivemos corte na saúde: R\$ 452 milhões; corte na educação: R\$ 332 milhões – cadê os representantes da educação para reclamarem do ex-presidiário Lula? –; corte nos transportes: R\$ 217 milhões; corte no desenvolvimento e assistência social: R\$ 144 milhões; corte nas cidades: R\$ 144 milhões; e por aí vai.

Tome-lhe corte, tome-lhe corte, tome-lhe corte! Deve ser porque ele precisa que sobre dinheiro para botar no bolso dele e no bolso dos parceiros, porque o povo que se lixe. Aliás, o que é que o ex-presidiário fez agora nesse fim de semana? O povo estava lá curtindo uma praia, tentando aproveitar o seu fim de semana, e chega lá o ditador. O ditador chegou àquele local e expulsou, expulsou o povo da praia, porque a praia tem de ser só dele. (Risos) Essa é a democracia do regime ditatorial do Lula: corte e o povo que se lixe.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Raimundinho da JR.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, nobres colegas, mais uma vez estou nesta tribuna e quero aqui dizer que hoje tivemos, na Comissão de Infraestrutura, uma pauta que foi muito produtiva. Tivemos um debate caloroso, como Eduardo Salles já falou, há poucos instantes, cobrando da Bahia Norte. Hoje, a gente já tem uma calamidade que se chama Viabahia e não podemos deixar que coisas daquela natureza da Viabahia... Aqueles dirigentes deveriam estar presos em vez de estar administrando a concessionária Viabahia.

Estivemos hoje com a Bahia Norte nesta Casa e tivemos um entendimento de cobrança das nossas rodovias, Sr. Presidente. Porque não é admissível que, na cidade de Dias d'Ávila, numa região onde temos dois colégios a menos de 200 metros da BA-093 e temos ali também uma feira livre, onde circulam milhares de pessoas todos os domingos... Faço parte daquela cidade, moro naquela cidade e a Bahia Norte nunca trocou nem uma lâmpada. Este humilde deputado está aqui hoje representando o nosso povo. Quero dizer que tivemos um dia muito produtivo e contamos com o presidente da Bahia Norte, para que ele leve a sério o que nós combinamos hoje lá, que ele olhe para a cidade de Dias d'Ávila, onde temos crianças atravessando as rodovias, onde temos ali diversas pessoas na feira do entroncamento de Dias d'Ávila e lá não tem sequer uma faixa de pedestre.

Então, Luciano, assim como você também levantou a bandeira, trouxe a pauta da necessidade de a gente ter um olhar carinhoso, como você fez com a Viabahia, pedindo que abrissem as cancelas e só retornassem a cobrar depois que a situação fosse resolvida. Mais do que justa a sua palavra, nobre colega Luciano. Eu acho que é muito válido, eu acho que esta Casa tem que se posicionar, não é...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fazendo baderna, mas sim cobrando dos responsáveis que a Viabahia teria que deixar as suas cancelas 24 horas abertas sem cobrar pedágio, até que as atitudes sejam cobradas e resolvidas, já que o contrato permanece. Nós não podemos conviver com o descaso da Viabahia. E à Bahia Norte, que hoje esteve aqui, gostaria de pedir, mais uma vez, que ela olhe com carinho para as nossas rodovias, porque nós precisamos de solução.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, deputado Sandro Régis, antes, estava prevista a fala do deputado e líder. Estava prevista a votação dos projetos do Ministério Público e do Tribunal de Justiça nesta tarde. Mas, em virtude de estar tendo uma divergenciazinha, o líder Rosenberg falou, agora, com o presidente Tribunal de Justiça. Nós votaremos amanhã.

Em contato, também, com Dr. Pedro Mário, do Ministério Público, não consegui falar com ele agora, mas vou falar. Nós vamos adiar para amanhã, porque o governador está em Brasília e ele precisa decidir em relação a esse projeto que está em pauta. Mas, amanhã, seguramente, nós votaremos os dois projetos. Então deve dar tempo para incluir, ainda, neste mês de agosto. O.k.?

Então, Srs. Deputados, deputado Hilton, amanhã, nós votaremos os dois projetos: o do Ministério Público e do Tribunal de Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto: Qual é o tempo agora? É do PT? É o último?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O último tempo é do PT.

O Sr. ROSENBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidores, servidoras, visitantes, gostaria de dizer da combinação que nós fizemos com o presidente Adolfo Menezes. Pedir desculpas aos servidores do Poder Judiciário que vieram acompanhar a votação. Mas, amanhã, iremos votar de uma forma mais confortável, por acordo, inclusive, das lideranças para que a gente possa também atender, para além dos 4%, à discussão do que já vinha acontecendo antes entre sindicatos e o próprio Tribunal de Justiça. Eu, agora, acabei de conversar com o presidente do Tribunal de Justiça. Amanhã, a gente vai votar com o conforto necessário para todos nós sairmos vitoriosos.

Queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedir, apenas, para verificar com o deputado Alan Sanches se nós poderíamos votar, por acordo, o projeto que dá o nome ao aeroporto de Bom Jesus da Lapa. Já havia um acordo nesse sentido. No domingo, foi inaugurado para que a gente pudesse deixar, devidamente, registrado, por esta Casa, a titularidade do aeroporto de Bom Jesus da Lapa. Se isso não acontecer hoje, deputado, votaremos amanhã por acordo. Mas se a gente já puder votar hoje, da minha parte, não terá nenhuma objeção.

Mas eu queria aproveitar este momento para dizer que nós precisamos parar de achar que o Plenário desta Casa e o púlpito desta Assembleia são para as expressões

mediáticas do nosso mandato. Aqui é para a gente debater os temas importantes da sociedade, cada um com suas opiniões. Também, não se deve confundir a sociedade para que ela possa entender ou não entender aquilo que serve apenas para colocar nas nossas redes sociais.

Para se montar uma CPI nesta Casa, são necessárias 21 assinaturas. Qualquer requerimento só terá validade nesta Casa se contiver 21 assinaturas. Ao se apresentar um requerimento com menos de 21 assinaturas, ou é a ignorância de não compreender o Regimento da Casa ou é a tentativa de enganar a população com o fim de, apenas, fortalecer, midiaticamente, as suas redes sociais e confundir a sociedade.

Ontem, tratamos da questão do Planserv. Na próxima terça-feira, deputados Pablo e Robinson, a diretora do Planserv, Socorro, estará aqui, no Plenarinho, às 10h30min, para a gente poder apresentar a todos os deputados e deputadas que estejam interessados em saber o que é o Planserv, como ele se encontra, a que serve, a fim de comparar com os outros planos de saúde.

O que nós precisamos entender é que, por detrás dessa tentativa de descredenciamento do plano de saúde, que é o melhor plano de saúde de servidores públicos do Brasil, é que tem gente, aí, fazendo o serviço da iniciativa privada e dos planos de saúde privados.

Eu vi, numa rede social de uma determinada pessoa que estava questionando o Planserv, a propaganda de um plano de saúde privado. É o que está por detrás dessa tentativa, deputado Pablo, pois há, por parte de algumas pessoas mal-intencionadas, o objetivo de descredenciar aquilo que é importante para os servidores.

Eu entendo que possam existir problemas no nosso plano de saúde; e deve ter, como há nos diversos planos de saúde do país. Mas nós precisamos apresentar as condições para resolver os problemas, e não destruir aquilo que é importante para o servidor público.

Aqui, ontem, a deputada Fabíola disse que não conseguiu – num plano de saúde, num dos maiores planos de saúde do país – que o pai dela fosse atendido por uma determinada especialidade. E quem o atendeu? O Planserv, que é o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais da Bahia. Então, é necessário parar com a ideia de achar que a vida é apenas midiática.

Eu, às vezes, me pergunto como alguém que está vendo o ex-presidente sendo acusado de todas as maneiras, inclusive, por detrás do assassinato de Marielle, porque vai chegar lá, nele e na sua família, e ainda vem dizer que o Brasil estava correto nesse período.

Se o período de mandar assassinar as pessoas porque estavam defendendo o direito das outras pessoas é o melhor caminho, eu não sei em que mundo nós estamos vivendo. Eu, até, aceitaria isso de pessoas que estivessem nas suas ignorâncias do dia a dia. Mas não posso admitir isso de alguém que está nesta Casa e que recebeu da sociedade o papel da sua representação.

Deputado Euclides, aqui, eu respeito todos. Acho que a gente precisa respeitar partidariamente. Eu entendo que há problemas nos diversos partidos. Há problemas, há virtudes, há defeitos. Nós precisamos respeitar, porque cada um só vem para esta Casa

por uma agremiação. Ninguém vem de forma singular, separada, unitária; vem através da filiação a um partido.

E eu tenho orgulho do Partido dos Trabalhadores. Respeito quem tem diferenças ao meu partido, assim como tenho diferenças com outros partidos. Mas eu não posso aceitar acusações levianas de pessoas que, escondidamente, pedem ao Partido dos Trabalhadores para atender a determinados pedidos pessoais e particulares e, depois, essas mesmas pessoas vêm acusar o Partido dos Trabalhadores.

Essas pessoas deviam se olhar no espelho. Essas pessoas deveriam, na hora de chegar aqui, falar do governo do estado da Bahia. Mas elas dizem ser um governo de corrupção. Então, peçam a seus familiares para sair dos cargos que ocupam no governo do estado!

Então, isso deixa a gente magoado. E me perdoem o desabafo, porque eu não posso aceitar dessas pessoas esse tipo de posicionamento. Então, aqui, na forma de respeito a todos os partidos, eu quero pedir respeito ao Partido dos Trabalhadores! Este partido governa esta Bahia! Eu tenho a convicção de que o tempo inteiro governa a Bahia na tentativa de melhorar a vida das baianas e dos baianos, e com um respeito muito grande. E a grande virtude que a gente tem é a de respeitar a diferença, é entender que todos têm o direito de colocar as suas opiniões.

Ontem, coloquei o seguinte: vamos fazer um debate. Mas é um debate sério sobre a segurança pública para a gente poder apresentar o que pensa cada um sobre a violência, o que pensa da segurança pública e como ela deve ser exercida. Quem não fez quando pôde vai fazer quando puder? Nós não podemos ir por esse caminho. Vejam, quem esteve no governo federal, durante 4 anos, que é quem cumpre o papel de coordenar a segurança pública no Brasil, não fez, vai fazer quando puder? Por que não fez?

Muito pelo contrário, pois tem a pecha de um governo federal que, durante o tempo inteiro, ao invés de criar um alinhamento da segurança pública nacional, foi o de aniquilar os seus adversários, muitos deles à bala, muitos deles assassinados. E nós precisamos deixar público isso para a sociedade brasileira e para a sociedade baiana.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Sr. Presidente, entendendo que nós, se o deputado Alan concordar, como propus, deputado Alan, votaremos o projeto que dá a titularidade ao aeroporto de Bom Jesus na Lapa. Então, se a gente puder votar por acordo, para que a gente possa, depois, certamente, se V. Ex.^a também concordar, para amanhã, analisar os projetos do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Com a palavra o líder da Oposição, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Respondendo ao nobre deputado e líder do Governo, não vejo problema nenhum na nossa base. Este é um questionamento, melhor, uma

solicitação feita, de longa data, por Eures. Ele já tinha feito. É uma homenagem à sua mãe por tantos serviços prestados, como você tem, ali, em Bom Jesus e região. O objeto é dar o nome de sua amada mãe ao aeroporto. Acho que é uma grande homenagem que esta Casa vai fazer a você, à sua família e à sua mãe. Não vejo nenhum empecilho. Já fiz. Já assinei a dispensa de formalidades.

Com relação aos dois projetos do Ministério Público, do reajuste linear de 4%, a Bancada de Oposição, de forma unânime, apoiará também; inclusive, já assinou a dispensa de formalidades.

Agora, eu quero só sinalizar o seguinte: às vezes, nós temos muitos deputados no primeiro mandato, uns mais inteligentes e mais sabidos que outros. Eu tenho certeza de que V. Ex.^a, deputado Rosemberg, como eu, sabemos na forma da inteligência. Eles não entendem.

O que nós acabamos de fazer, aqui, é um acordo.

(O deputado Rosemberg Pinto balança, afirmativamente, a cabeça.)

O nome é acordo. Mas é um acordo justo para dar uma homenagem à mãe do nosso querido colega e ex-prefeito Eures. É o acordo que nós estamos fazendo para amanhã. Quanto ao nome, esse também é um acordo. Mas esse acordo será para fazer a justiça integral a outras instituições que tiveram, no governo do estado, os 4% de aumento.

Então, o Ministério Público ainda não teve. O TCE, o TCM e o governo do estado já tiveram. Agora, será a vez do Ministério Público. Só falta resolver algumas coisas e algumas questões no projeto, bem como também o do TJ. Então, não vejo problema nenhum. Mas o nome também é acordo – acordo legislativo para a gente poder adiantar este processo legislativo e levar para a votação. Então, amanhã, estamos acordados para fazer essa votação. Agora, sempre abertos para que qualquer deputado de um lado ou de outro possa usar a palavra e se posicionar a favor ou contra, como quer que seja.

Agora, então, a gente vai para a votação do projeto de homenagem e de honraria à mãe do deputado. Não é isso, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Antes de entrar na Ordem do Dia, eu queria cumprimentar o deputado federal Zé Nunes, que passou ali atrás. Ele já foi deputado estadual desta Casa.

Entrando, na Ordem do Dia, como houve acordo entre o líder da Maioria e o líder da Oposição, em votação o Projeto de Lei nº 24.108/2021, de autoria do deputado Eduardo Salles, para denominar o novo aeroporto de Bom Jesus da Lapa como Aeroporto Eva Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Convido, como relator, o nosso amigo e deputado Eures Ribeiro.

O Sr. EURES RIBEIRO: Sr. Presidente, nobre Mesa Diretora, o projeto é do deputado Eduardo Salles, pois ele foi votado em Bom Jesus da Lapa. Ele lutou muito pelo aeroporto de Bom Jesus da Lapa. Vem cá, Eduardo, encosta ao meu lado.

Esse aeroporto é uma luta de Bom Jesus da Lapa!

O nome de minha mãe é Eva Ribeiro e foi indicado pelo deputado Eduardo para a nomenclatura do aeroporto de Bom Jesus da Lapa.

Nós, eu e minha família, agradecemos muito ao Eduardo esta homenagem a uma senhora que tem uma história muito bonita, principalmente, para as comunidades mais carentes e mais humildes de Bom Jesus da Lapa.

Eva Ribeiro será eternizada em um grande aeroporto construído pelo governo que vai servir de portal para fortalecer o turismo e a economia, não só de Bom Jesus da Lapa, mas de toda a região.

Eu reafirmo favorável à aprovação deste projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Em votação o parecer ao Projeto de Lei nº 24.108/2021, no âmbito das comissões. (Pausa)

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, no primeiro turno.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o **Projeto de Lei nº 24.108/2021**. (Palmas)

PROJETO DE LEI Nº 24.108/2021

Denomina o novo Aeroporto do Município de Bom Jesus da Lapa/BA, como aeroporto Eva Ribeiro.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA DECRETA:

Art. 1º – O novo Aeroporto de Bom Jesus da Lapa/BA passará a ser denominado como Aeroporto Eva Ribeiro.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2021.

Deputado EDUARDO SALLES

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Pela ordem, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presidente e deputado-líder do Governo, Rosenberg, já tínhamos, inclusive, acordado, nesta legislatura, antes do recesso, a votação do projeto do deputado Tiago Correia, que não tinha, naquele momento, sido votado na CCJ.

Tinha o parecer, mas não havia sido votado na CCJ. E, agora, esse projeto, esperado há muito tempo, conforme acordamos, foi votado na CCJ, já tem o parecer.

Este é um projeto que está acordado. Mais uma vez, utilizo a palavra “acordo” para votar um projeto de um parlamentar que é Tiago Correia, com a sua anuência, para que a gente possa adiantar e votar este projeto que já está há muito tempo nesta expectativa.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Quanto a este projeto, nós já assinamos a dispensa de formalidades. Já votamos a dispensa de formalidades desse projeto, porque houve apenas um questionamento com relação a não ter passado na CCJ. Mas, hoje de manhã, o projeto foi aprovado na CCJ.

Então, acho que a gente pode, sim, aprovar agora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Em votação o Projeto de Lei nº 24.909/2023, de autoria do deputado Tiago Correia, que proíbe a cobrança de taxa para a realização de avaliação de aprendizagem, em segunda chamada, do estudante que justificar a ausência por motivo de saúde, caso fortuito ou força maior, nas instituições de ensino do estado da Bahia.

Designo, como relator, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto para relatar o parecer ao Projeto de Lei nº 24.909/2023.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 24.909/2023, de autoria do deputado Tiago Correia, que proíbe a cobrança de taxa para a realização de avaliação de aprendizagem, em segunda chamada, do estudante que justificar a ausência por motivo de saúde, caso fortuito ou força maior, nas instituições de ensino do estado da Bahia.

É um projeto, extremamente, interessante, pois evita, inclusive, que o estudante, em situação de vulnerabilidade, tenha de pagar por mais um tipo de realização de avaliação de aprendizagem.

O projeto não recebeu emendas.

O projeto está dentro do regramento legislativo e da constitucionalidade.

Sou pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer ao Projeto de Lei nº 24.909/2023.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o parecer do relator Rosemberg Pinto.

Agora, em votação, no Plenário, o Projeto de Lei nº 24.909/2023, de autoria do deputado Tiago Correia.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado o **Projeto de Lei nº 24.909/2023, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 24.909/2023

Proíbe a cobrança de taxa para a realização de avaliação de aprendizagem, em segunda chamada, do estudante que justificar a ausência por motivo de saúde, caso fortuito ou força maior, nas Instituições de Ensino do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art.1º - Fica proibida a cobrança de taxa para realização de prova em segunda-chamada, provas finais e/ou equivalentes nos estabelecimentos de ensino do estado da Bahia, nos casos de ausência por motivo de saúde, caso fortuito ou força maior, desde que comprovado mediante apresentação de atestado médico e justificativa do fortuito ocorrido pelo estudante.

§ 1º- As Instituições de Ensino não poderão impedir o aluno de realizar provas, testes, exames ou outras formas de avaliação, por falta de pagamento prévio, seja específico para esta despesa, seja relativo às mensalidades em geral.

§ 2º- É proibida a inclusão de cláusula contratual prevendo a cobrança de qualquer taxa ou equivalente pela realização de prova ou atividade de avaliação de aprendizagem em segunda chamada.

Art. 2º - A proibição a que se refere esta Lei estende-se a todas às instituições de ensino no Estado da Bahia.

Art. 3º - O Descumprimento desta Lei obrigará o estabelecimento infrator a ressarcir em dobro e correções monetárias ao estudante, o valor cobrado abusivamente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2023.

Deputado TIAGO CORREIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga):

Convoco uma sessão extraordinária a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta, para a votação dos dois projetos de lei aprovados em primeiro turno.

Declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Antônio Henrique Jr, Eduardo Alencar, Júnior Muniz e Rogério Andrade. (04)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.